



Rev. Dr. Marcos Roberto Inhauser

Fone: (0XX19) 2121 5853 escrit. / 99798 6955 cel

www.inhauser.com.br / marcos@inhauser.com.br

www.pastoralia.com.br

TEXTO PUBLICADO NA COLUNA SEMANAL NO CORREIO POPULAR

ASSUSTA-NOS

Marcos Roberto Inhauser

A sociedade brasileira, a cada pouco, fica assustada com atos de violência e crimes praticados por filhos da classe média. Agora mesmo, os cinco jovens estudantes do Rio de Janeiro e moradores de condomínios de alto luxo, ao agredirem gratuitamente a uma doméstica, trazem à tona a velha discussão sobre a violência.

O que me preocupa nesta reação da mídia explorando o caso e da sociedade se indignando com ele, é que, por trás disto, há um preconceito: filho de classe média e rica não pode ser bandido. Se fosse filho de pobre, seria “mais natural”. Filho de pobre, favelado, sendo bandido, não é mais notícia. Pode-se alegar que o fato de que os jovens de classe média seja notícia já mostra o inusitado do fato. Em parte é verdade, mas também é verdade que há certa consciência generalizada de que, por terem roupas boas, comida farta, não pegarem ônibus para os subúrbios, por frequentarem boas escolas, estão imunes à violência.

Está na hora de nos conscientizarmos que o buraco está mais embaixo. O caso Richtofen, os incendiários do índio Galdino, a loira assaltante de Campinas e os jovens do Rio têm em comum algo que precisamos buscar com mais seriedade. Isto também está presente nos filhos dos pobres e favelados. Não há como negar que a família perdeu o controle do processo educacional dos filhos. Ao terceirizar a educação para as escolas, ao exigir delas que deem normas de conduta, os pais se sentiram livres e descompromissados com o que possa acontecer. Pago mais de mil reais por mês para que meu filho tenha uma boa educação. Se algo saiu errado, é culpa da escola.

Este raciocínio linear precisa ser desmascarado. Não se pode terceirizar a educação sem também dar a autoridade de impor limites, de disciplinar. O modelo educacional brasileiro jogou toda a responsabilidade nas costas dos professores, mas lhes deu todos os instrumentos necessários à formação integral dos alunos.

Neste sentido, ainda que tenha certeza de que serei criticado ao dizer isto, acho que o Estatuto da Criança e do Adolescente tem sua parcela de culpa. Ele retirou dos professores certos instrumentos coercitivos e ampliou os poderes de acusação e de atemorização dos professores. Em coluna anterior por mim escrita (Professoreca), eu dizia isto.

Há urgente necessidade de recuperarmos instrumentos que possibilitem o estabelecimento de limites, que recoloque o sentido de autoridade na sala de aula, que exija maior participação dos pais no processo. Caso contrário, o esgarçamento do tecido social vai continuar e se dará em progressão geométrica.